

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SEMUSA, DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO -RJ

Ref. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16288/2024, EDITAL DE SELEÇÃO Nº 005/SEMUSA/2024

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS – INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.824.560/0001-02, com sede na Rua Sebastiao Dias, S N, Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro//BA, CEP 44.215-000, tempestivamente aos prazos legais, com fundamento no Artigo 165, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, vem apresentar

CONTRARRAZÕES

Contra o Recurso Administrativo c/ pedido de reconsideração em face da desclassificação da licitante INSTITUTO BENEFICENTE DE MEDICINA SOCIAL - IBMES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o no 49.507.343/0001-36, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsauade.org

I- DA TEMPESTIVIDADE:

Ab initio, cumpre demonstrar a tempestividade da presente, tendo em vista que o item 10.3 do Edital de seleção em tela, dispõe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, e, assim, 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões.

Desta forma, uma vez que o julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão pública ocorreu no dia 02 de outubro de 2024, o prazo de recursos se dará até o dia 09/10/2024, com prazo de contrarrazões até o dia 16/10/2024, a presente manifestação se mostra tempestiva.

II- DA CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA.

A Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, doravante denominada SEMUSA, realizou o Chamamento Público nº 005/SEMUSA/2024, Processo Administrativo nº 16288/2024, objetivando a Seleção para a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social de saúde na área da saúde, no âmbito do município de Cabo Frio, para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na unidade municipal de pronto atendimento – UPA II Tamoios conforme especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações dispostas no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

Após os procedimentos de praxe, foi proferida decisão do julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão pública onde as participantes foram pontuadas da seguinte forma: INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, detentora da maior nota 9,4 (nove virgula quatro), seguida do INSTITUTO GNOSIS, detentora da nota 8,5 (oito virgula cinco) e INSTITUTO ELISA DE CASTRO, detentora da nota 7,75 (sete virgula setenta e cinco).

Irresignado, o IBMES apresentou recurso administrativo para com as seguintes irressignações: i) [...], no entanto os fundamentos contidos no recurso administrativo não ultrapassam a barreira do inconformismo, bem como merecem ser desprovidos.

Assim sendo, cumpre a Recorrida, quanto ao mérito recursal, apenas por cautela, tecer o que segue por mero “amor ao debate”.

III- DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA RECORRENTE:

Em suma, a empresa ora Recorrente, pautada em alegações distorcidas, interpõe o seu Recurso Administrativo e requer a invalidação da decisão que a **DECLASSIFICOU** pelo total descumprimento do instrumento editalício.

Ocorre que, as razões recursais apresentadas pela Recorrente são infundadas e desprovidas de qualquer respaldo jurídico, pois atem-se a uma interpretação pessoal e partidária, sem quaisquer fundamentos fáticos normativos, sendo toda a argumentação recursal baseada em meras presunções, ilações, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente.

De logo, na peça recursal, a própria Reclamante confessa o não atendimento a regra editalícia pela não apresentação dos mais diversos documentos disciplinados na forma e conteúdo de sua apresentação em exigência editalício, a exemplo: **plano de trabalho e respectiva atestação.**

Outrossim, o edital em tela é claro ao dispor que “*a desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado*”.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO PÚBLICA

3.1 - As Organizações Sociais interessadas em participar do presente certame deverão apresentar os envelopes 01 e 02, respectivamente com os documentos de proposta de trabalho e habilitação, conforme descrito no presente ato convocatório.

(...)

- 6.6 - Não serão aceitos envelopes, documentos ou propostas entregues, ainda que recebidos em local diverso do especificado no preâmbulo e que por qualquer razão, não tenham chegado à Comissão Especial de Seleção até a data e horário da abertura da sessão inaugural.
- 6.7 - As documentações exigidas nos Envelopes "1" e "2" deverão ser entregues, em meio digital, através de 01 (um) Pen-Drive e em 1 (uma) via impressa. A via impressa deve ser encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram e apresentado em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da organização social (inclusive, se for o caso, os formulários a serem anexados), numerada, sem emendas ou rasuras, na forma de original, com assinatura e identificação do representante legal da entidade ou aquele com poderes para realizar atos jurídicos na última página, com rubrica em todas as páginas.
- 6.8 - Não serão aceitos programas de trabalho encaminhados por e-mail.
- 6.9 - As entidades deverão seguir os modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento de todos eles.
- 6.10 - A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado. É imprescindível a apresentação de todos os itens previstos no Edital e seus Anexos.

Logo, não há o que se questionar da legitimidade da decisão desta Douta Comissão Especial de Seleção que desqualificou a Recorrente, uma vez que esta não apresentou a documentação na forma e padrão exigidos em normas editalícias.

Ademais, a Recorrente almeja a reforma da decisão na alegação de “NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA” antes de desclassificação da licitante, contudo, diligências são atos administrativos que o órgão público utiliza para solicitar o detalhamento de informações sobre os licitantes, sejam as condições para execução, habilitações ou qualquer outra informação pertinente para o processo licitatório e NÃO oportunidades para apresentação de documentação faltosa ou mesmo inexistente.

Assim sendo, o conceito de diligência se consubstancia “nos casos em que o agente de contratação, pregoeiro ou comissão possua dúvidas [...], devem ser realizadas as diligências necessárias para os devidos esclarecimentos¹”.

¹ Acórdão nº 300/2016 – Plenário de relator Ministro Vital do Rêgo: “Com as devidas vênias, discordo do teor dessa determinação alvitada pela unidade técnica, basicamente por duas razões. Em primeiro lugar, porque propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão, a teor dos arts. 43, IV, e § 3º, e 48, I, ambos da Lei 8.666/93, abaixo transcritos, ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação”.

Nota-se que a diligência é um dever-pode do agente de contratação, pregoeiro e outros agentes, caso haja dúvidas, ou ainda quando requerido pelos licitantes interessados, CONTUDO, não serve de subterfúgios para apresentação de documentação ou cumprimento de exigência editalícia esquecida ou inadimplida pelo licitante.

Nesse sentido, o TCU é uníssono quanto a vedação de utilização de diligências para inclusão de documentos ou tentativa de saneamento de documento ausente:

*A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de **condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. Acórdão 1211/2021-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES,*

De igual modo, é o entendimento do ilustre prof. Ronny Charles, vejamos:

*“O objetivo de selecionar a melhor proposta exige que o gestor realize diligências para complementar a instrução ou aça saneamento de falhas não substanciais. Seguindo essa linha de raciocínio, o TCU já entendeu como irregular a inabilitação ou desclassificação de empresa licitante **por não ter indicado seus dados bancários, uma vez que esta informação, “além de não estar prevista no rol taxativo do art. 27 a 31 da Lei 8.666/1993, que estabelecem os documentos que podem ser exigidos na fase de habilitação, pode ser obtida mediante simples diligência”**3. Também assim, compreendendo-a como decorrente de formalismo exagerado, o TCU já definiu como irregular a inabilitação de licitante “em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, §3º da Lei 8.666/1993”4 .”*

Ora, a recorrente não apresentou sua proposta técnica, e, agora, após seus concorrentes terem expostos – tempestivamente - suas propostas, vem o Recorrente, com o pífio argumento de *esquecimento e necessidade de diligência*, almejar sanar seu lapso em detrimento da estrita legalidade e princípios norteadores da administração pública.

Contudo, permitir o saneamento de descumprimento de exigência crucial e permitir a inadequada utilização de diligência é **violar, sobremaneira, a isonomia e a estrita legalidade do processo**, ao passo que, além

de ir ao encontro da vinculação ao edital, possibilitaria o Recorrente moldar sua proposta com base na análise daquelas já apresentadas (tempestivamente) pelos concorrentes.

Veja, a violação ao princípio da vinculação ao edital ocorre quando a Administração Pública ou os licitantes não seguem as regras estabelecidas no instrumento convocatório de uma licitação. Tal princípio restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório.

Ademais, a vinculação ao instrumento convocatório é corolário dos princípios da impessoalidade, da legalidade e da moralidade.

Com arrimo em tais preceitos, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser observados, sob pena de restar frustrada a existência, validade e eficácia da licitação pública.

Para mais, como se trata, também, de norma Constitucional, destaca-se que a Lei Maior determina que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, aos supracitados princípios, notadamente considerando os preceitos pilares do sistema nacional, como é o caso do Estado Democrático de Direito.

Repita-se, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Quando se fala em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato.

O princípio em comento, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos primados licitatórios, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível e nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Celso Antônio Bandeira de Mello, há muito, ensina que “o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame”, e que “o princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou PROPÓSITOS PESSOAIS dos membros da comissão julgadora”.

Complementa o Prof. Marçal Justen Filho que:

Se na oportunidade da edição do ato convocatório, a Administração reputou relevante certa exigência, não pode voltar atrás posteriormente. Não se admite que, na ocasião do julgamento, seja alterada a natureza da exigência (e, portanto, do vício). Não se pode ignorar uma exigência que fora veiculada como referida ao interesse público. Assim, se o ato convocatório exige planilhas, informações complexas, demonstrativos etc., sua ausência é causa de desclassificação. Se o ato convocatório impôs determinado requisito formal, há que reputar-se relevante e fundamentada a exigência – mormente se inexistiu tempestiva impugnação pelos licitantes. Era do conhecimento de todos que a exigência deveria ser cumprida. Quem não o fez, deverá arcar com as consequências da sua omissão.

Quanto ao tema, a jurisprudência pátria entende que a observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida impositiva, interpretando-se este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os termos editalícios devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (TCU, Acórdão 4091/2012, Segunda Câmara, rel. Min. AROLDO CEDRAZ, julgado em 12/06/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO E REMOÇÃO NO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL. AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. LITISCONSORTE PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A jurisprudência deste STJ é rigorosamente torrencial e uniforme quanto à obrigatoriedade de seguir-se fielmente as disposições editalícias como garantia do princípio da igualdade, e sem que isso signifique qualquer submissão a exigências de ordem meramente positivistas [...] 4. Agravo

Regimental de MARCELO SACCOL COMASSETTO a que se nega provimento. (AgRg no RMS 31.211/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 25/09/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1178657/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010)

Veja, Nobre Comissão, permitir a apresentação da proposta técnica por parte da Recorrente é – de igual forma – a isonomia material, ao passo que quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes.

O edital de licitação não pode dar margem a dúvida interpretativa, devendo indicar obrigatoriamente o critério de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (art. 40 , VII , da Lei n. 8.666 /93), como forma de garantir a ampla competição e o respeito ao **princípio da isonomia**.

Reitera-se, o recorrente foi desclassificado pela ausência de documentação que o mesmo deveria ter elaborado e apresentado na forma e tempo dispostas no edital, e a qual não se tem comprovação sequer de sua existência.

Assim, a decisão da Comissão Especial de Seleção está fundamentada de forma límpida e clara em jurisprudência pacificada e nos primados legais que norteiam o processo licitatório, conforme acima esposto, devendo, portanto, **o recurso apresentado seja desprovido.**

IV- DO PEDIDO:

Ante o exposto, requer que seja completamente desprovido o recurso interposto, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a INSTITUTO BENEFICENTE DE MEDICINA SOCIAL – **IBMES DESCLASSIFICADA** no certame em tela, dando prosseguimento as demais fases pertinentes do processo licitatório em tela.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Cabo Frio/RJ. 16 de outubro de 2024.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS

INSV - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

CNPJ: 13.824.560/0001-02

Valeriano José de Freitas Neto - Presidente do Conselho de Administração

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org